



SERRA DE IBIAPABA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 29.554.549/0001-00

Relatório da administração (Em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração: A administração da Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. (Companhia) em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

2. A Companhia

Denominação social	Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A.
Natureza jurídica	Sociedade anônima fechada
Data de constituição	12 de janeiro de 2018
Sede	Rio de Janeiro
Objeto social	Implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica
Empreendimento	Linha de Transmissão 500/230 kV Parnaíba III – Tianguá – Teresina III
Características técnicas	Tensão de 500 kV, circuito simples
Extensão aproximada	111 km

A Celeo Redes Transmissoras Renováveis S.A. (CRTR) possui 100% das ações da Companhia.

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) Receita Anual Permitida (RAP)

	Resolução Homologatória (RH) nº 3.481	Resolução Homologatória (RH) nº 3.348
Data da resolução	15 de julho de 2025	16 de julho de 2024
Ciclo tarifário	2025-2026	2024-2025
RAP estabelecida	127.069	120.163

Observa-se um incremento de 5,7% resultante principalmente do reajuste positivo do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

(b) Pagamento de dividendos para a acionista

CRTR	2025	2024
	62.714	62.714

(c) Disponibilidade da linha de transmissão - A disponibilidade da linha de transmissão nos exercícios findos em 2025 e 2024 foi 99,99% e 99,94%, respectivamente.

(d) Pagamento de principal e juros do financiamento e das debêntures

	Principal	Juros
Financiamento	16.073	6.841
Debêntures	4.042	8.540
	20.115	15.381

(e) Auditores Independentes - AKPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras societárias e regulatórias. Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os honorários dos auditores independentes totalizaram R\$ 127. No referido exercício não foram prestados serviços além de auditoria e assecuração limitada para covenants. A contratação dos auditores independentes é de competência da acionista, onde a política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras se fundamenta em evitar a existência de conflitos de interesse e em manter a preservação da independência do auditor. **4. Governança corporativa:** As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. **(a) Diretoria** - A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social. **(b) Conselho Fiscal** - O Conselho Fiscal, não é permanente, e será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos membros do Conselho Fiscal as atribuições e os poderes conferidos em lei. **5. Declaração da Diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

José Mauricio Scovino de Souza Diretor Técnico
Marcus Hansen Balata Diretor Financeiro

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro - (em milhares de Reais)			
	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa		183	184
Títulos e valores mobiliários	8 (i)	14.473	21.714
Concessionárias e permissionárias	9	11.620	11.601
Ativo de contrato	10	114.369	109.970
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		5.754	5.451
Despesa antecipada	12 (c)	2.700	3.067
Outros ativos		2.769	2.459
Total do ativo circulante		151.868	154.447
Títulos e valores mobiliários	8 (ii)	29.015	22.341
Ativo de contrato	10	1.415.767	1.396.627
Total do realizável a longo prazo		1.444.782	1.418.968
Total do ativo não circulante		1.444.782	1.418.968
Total do ativo		1.596.650	1.573.415

Demonstrações do resultado abrangente			
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
	2025	2024	
Lucro líquido do exercício	32.601	32.481	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente total do exercício	32.601	32.481	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)							
Nota	Capital Social	Reservas de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	161.600	11.149	3.232	146.186	17.698	339.865	
Pagamento de dividendos	-	-	-	(70.000)	(17.698)	(87.698)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	32.481	
Reserva legal	-	1.624	-	-	-	(1.624)	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(7.714)	
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	23.143	(23.143)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	161.600	12.773	3.232	76.185	23.143	276.934	
Pagamentos de dividendos	-	-	-	(76.599)	(23.143)	(99.742)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	32.601	
Reserva legal	-	1.630	-	-	-	(1.630)	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(7.743)	
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	23.228	(23.228)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	161.600	14.403	3.232	(414)	23.228	202.049	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. (Companhia), sociedade anônima fechada, foi constituída em 12 de janeiro de 2018 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. A Companhia é uma controlada integral da Celeo Redes Transmissão e Renováveis S.A. (Cielo Renováveis).

Celeo Redes Transmissoras Renováveis S.A. 100%

1.1 Contrato de concessão

Contrato de concessão	nº 02/2018
Objeto do contrato	Construção, operação e manutenção das instalações de transmissão
Estados atendidos	Piauí e Ceará
Empreendimento principal	Linha de Transmissão 500/230 kV Parnaíba III – Tianguá – Teresina III
Características técnicas da LT	500 kV, circuito simples
Extensão aproximada	111 km
Instalações	(i) linha de transmissão Parnaíba III – Tianguá II, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 111 km, com origem na Subestação Parnaíba III e término na Subestação Tianguá II; (ii) linha de transmissão Acaraú II – Acaraú III, em 230kV, circuito duplo, primeiro e segundo circuitos, com origem na Subestação Acaraú II e término na Subestação Acaraú III; (iii) Linha de Transmissão Ibiapina II – Tianguá II, em 230 kV, circuito duplo, primeiro e segundo circuitos, com origem na Subestação Ibiapina II e término na Subestação Tianguá II; (iv) Linha de Transmissão, em 230kV, Ibiapina II – Piripiri, circuito simples, segundo circuito, com origem na Subestação Ibiapina II e término na Subestação Piripiri; (v) linha de Transmissão Piripiri – Teresina III, em 230kV, circuitos simples, primeiro circuito; (vi) SE Parnaíba III, novos pátios 500/230-13,8kV (6+1R)2 x 200 MVA, 230/138kV 2 x 150 MVA; pela SE Acaraú III, novos pátios 500/230-13,8kV, (6+1R) x 250 MVA; (vii) Conexões de unidades de transformação; (viii) entradas de linha, interligações de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
Data de assinatura	8 de março de 2018
Prazo de vigência	30 anos
Data de vencimento	8 de março de 2048
Início da operação comercial	Novembro de 2021

1.2 Receita Anual Permitida (RAP)

	Resolução Homologatória (RH) nº 3.481	Resolução Homologatória (RH) nº 3.348
Data da resolução	15 de julho de 2025	16 de julho de 2024
Ciclo tarifário	2025-2026	2024-2025
RAP estabelecida	127.069	120.163

O aumento aproximado de 5,7% é decorrente principalmente do reajuste do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). **1.3 Revisão Tarifária Periódica** - A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) procederá a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, considerando o seguinte cronograma.

	1ª revisão	2ª revisão	3ª revisão	4ª revisão	5ª revisão
Cronograma RTP (ciclo tarifário)	2023-2024	2028-2029	2033-2034	2038-2039	2048-2049

2 Base de preparação: Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 06 de fevereiro de 2026. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real brasileiro (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota explicativa	Estimativas e julgamentos
6.3	Critério de apuração e remuneração do ativo de contrato.
22	Análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6 Políticas contábeis materiais:** Uma nova norma contábil será efetiva para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou a nova norma contábil (listada abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras.

Norma	Vigência
Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)	01/01/2025

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

Prática	Nota Explicativa	Descrição
Títulos e valores mobiliários – circulante e não circulante	8	Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem os CDBs com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. Os saldos apresentados no não circulante referem-se às aplicações financeiras em fundos de investimentos para fins de garantia do financiamento e das debêntures.
Receitas e despesas financeiras	18	A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo, quando o ativo não estiver com problemas de recuperação, ou, alternativamente, ao custo amortizado do passivo. A receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. (a) Classificação e mensuração Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos. Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR). Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação: (i) Custo amortizado Um ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (ii) VJR Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. (b) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.





SERRA DE IBIAPABA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ nº 29.554.549/0001-00

Prática	Nota Explicativa	Descrição
Ativo de contrato	10	<p>Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.</p> <p>De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.</p> <p>Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.</p> <p>Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:</p> <p>i. Reconhecimento de receita de construção - Tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção 40% (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.</p> <p>ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção - Registrada mensalmente, a partir da entrada em operação, considerando uma margem de 22% sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão.</p> <p>iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido - Registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto de 11% definida no início de cada projeto.</p> <p>A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:</p> <p>i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.</p> <p>ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.</p>
Imposto de renda e contribuição social	14 e 19	<p>O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de (i) 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, além de considerarem a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.</p> <p>A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.</p> <p>(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.</p> <p>Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.</p> <p>(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.</p> <p>Um ativo fiscal diferido, quando aplicável, é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada exercício e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.</p> <p>Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.</p> <p>A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.</p> <p>Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.</p>

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Não houve adoção antecipada e não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Norma	Adoção	Vigência
Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações às CPC 48/IFRS9 e CPC 40/IFRS 7)	Não houve adoção antecipada e não se espera que esta alteração tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.	01/01/2026
Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7)	Não houve adoção antecipada; entretanto, a Companhia espera impactos relevantes na elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício e da Demonstração dos Fluxos de Caixa decorrentes da aplicação da IFRS 18. A Companhia encontra-se em processo de avaliação dos potenciais impactos desse pronunciamento sobre suas demonstrações financeiras.	01/01/2027

8 Títulos e valores mobiliários: i. **Circulante** - A Companhia aplica seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) no banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 98,07% (99,19% em 31 de dezembro de 2024) do DI com vencimento entre fevereiro de 2026 e novembro de 2026. A diminuição observada no exercício refere-se ao desembolso do financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Veja nota explicativa 12.

	2025	2024
Fundo de investimento - financiamento	29.015	22.341
	29.015	22.341

Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, em uma conta denominada "Conta Reserva", valores equivalentes a 2,61% do valor efetivamente desembolsado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a totalidade dos recursos está aplicada no fundo de investimento "BNB Conta Reserva FIC FI Renda Fixa Referenciado DI" do banco BNB. A composição da carteira está dividida em títulos públicos federais e operações compromissadas. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 93,29% (9,92% em 2024).

	2025	2024
A vencer	10.815	10.253
Até 3 meses	34	986
De 3 a 12 meses	616	362
Acima de 12 meses	2.253	936
Provisão para perda de crédito esperada	(2.098)	(936)
	11.620	11.601

A movimentação da PCE está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	(936)	(705)
Adições	(1.162)	(231)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	(2.098)	(936)

(a) A PCE foi constituída conforme política descrita na nota explicativa 22 (a).

	2025	2024
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	1.506.597	1.480.999
Remuneração do ativo de contrato	133.510	131.337
Recebimentos	(109.971)	(105.739)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	1.530.136	1.506.597

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Circulante	114.369	109.970
Não circulante	1.415.767	1.396.627
	1.530.136	1.506.597

	2025	2024
Materiais e serviços	5.173	6.022
Partes relacionadas	480	563
	5.653	6.585

(i) Conforme descrito na nota explicativa 21 (a).

	Financiamento		Debêntures	
	2025	2024	2025	2024
Financiamento e debêntures	(a) 852.938	818.548	144.514	140.202
Custo de transação	(b) (34.034)	(47.056)	(7.588)	(8.066)
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	818.904	771.493	136.926	132.136
Juros	54.658	54.416	14.806	15.221
Custo de transação	-	10.641	-	-
Amortização - principal	(16.073)	(14.996)	(4.042)	(2.518)
Amortização - juros	(6.841)	(5.030)	(8.540)	(8.391)
Amortização - custo de transação	(b) 1.814	2.381	478	478
Financiamento e debêntures	(a) 884.682	852.938	146.738	144.514
Custo de transação	(b) (32.220)	(34.034)	(7.110)	(7.588)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	852.462	818.904	139.628	136.926

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	Financiamento		Debêntures	
	2025	2024	2025	2024
Circulante	26.347	25.174	5.303	4.381
Não circulante	826.115	793.730	134.325	132.545
	852.462	818.904	139.628	136.926

	Subcrédito A		Subcrédito B	
	2025	2024	2025	2024
Valor captado	601.033	44.967	-	-
Vencimento da 1ª parcela	15/10/2022	15/10/2022	-	-
Vencimento da última parcela	30/09/2043	30/09/2043	-	-
Finalidade	Obras Civis	Máquinas e equipamentos	-	-
Encargos	IPCA + 1,8230% a.a.	IPCA + 2,2281% a.a.	-	-
Forma de pagamento	Principal e juros mensais	Principal e juros mensais	-	-

reconhecidas pela Companhia desde o início da fase de construção até a presente data, em conformidade com o regime de competência e com os critérios de reconhecimento de receita previstos no ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, em conjunto com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Nos termos do ICPC 01, a Companhia reconhece a receita de construção à medida do progresso da execução das obras, com o correspondente reconhecimento do ativo de contrato, bem como a receita de remuneração associada à prestação contínua do serviço concedido, nos termos do contrato de concessão. Os tributos incidentes sobre tais receitas são reconhecidos simultaneamente ao reconhecimento da receita que lhes dá origem, em observância ao regime de competência. A realização dos saldos de PIS e COFINS ocorrerá de forma gradual, à medida do recebimento da RAP, conforme previsto no contrato de concessão e em alinhamento com o fluxo de realização do ativo de contrato reconhecido contabilmente. De acordo com a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que estabelece a extinção do PIS e da COFINS a partir de 2027, os saldos desses tributos apurados até a data de encerramento de sua incidência não estão sujeitos à baixa contábil, devendo ser mantidos nos registros da Companhia. A extinção dos tributos não implica o cancelamento das obrigações tributárias regularmente constituídas sob a legislação vigente à época dos respectivos fatos geradores, restringindo-se ao encerramento da incidência futura. Dessa forma, ainda que a liquidação financeira ou a realização contábil desses saldos ocorra após 2027, a administração entende que a obrigação é exigível, uma vez que tais valores representam obrigações tributárias válidas, reconhecidas em conformidade com o ICPC 01 e o CPC 47, devendo permanecer registradas até sua efetiva liquidação ou até outra forma de realização expressamente prevista na legislação aplicável. Por fim, a Companhia acompanhará de forma contínua os desdobramentos da Reforma Tributária, incluindo eventuais regulamentações complementares e pronunciamentos técnicos, avaliando tempestivamente os impactos contábeis e fiscais que eventualmente se façam necessários, em conformidade com a legislação vigente e com as normas contábeis aplicáveis. A movimentação do PIS e da COFINS diferidos está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	138.363	136.078
Despesa do ano corrente	2.086	2.284
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	140.448	138.363

O montante do PIS e da COFINS está demonstrado abaixo:

	2025	2024
PIS	25.053	24.681
COFINS	115.395	113.682
	140.448	138.363

Os valores apresentados referem-se à diferença temporária entre o reconhecimento da receita de acordo com os avisos de crédito (AVC) e a receita de acordo com a aplicação do CPC 47, que será amortizado até o término da concessão. A segregação entre o circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Circulante	10.087	9.700
Não circulante	130.361	128.663
	140.448	138.363

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia.

	2025	2024
14 Imposto de renda e contribuição social diferidos	143.894	131.544
Imposto de renda	51.803	47.357
Contribuição social	195.697	178.901

A composição do saldo está apresentada a seguir:

	Base de cálculo		IRPJ e CSLL	
	2025	2024	2025	2024
CPC 47 - Receita de Contrato com	654.114	601.755	222.399	204.597
Prejuízo fiscal	(75.027)	(73.230)	(25.509)	(24.898)
Provisão para perda de crédito	(2.098)	(936)	(713)	(318)
Provisões	(1.409)	(1.409)	(480)	(480)
	575.580	526.180	195.697	178.901

15 Contingências: Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a administração mensurou e não identificou a necessidade de reconhecer provisão para as contingências e divulgar os passivos contingentes. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possui processos com prognóstico prováveis e possíveis de perda. **16 Patrimônio líquido: (a) Capital social** - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 161.600 e R\$ 161.600, respectivamente, divididos em 161.600.000 (cento e sessenta e um milhões e seiscentos mil) e 161.600.000 (cento e sessenta e um milhões e seiscentos mil) ações ordinárias e nominativas, respectivamente, sem valor nominal. Todas as ações são detidas pela Celeo Renováveis.

	2025	2024
Celeo Redes Transmissoras Renováveis S.A.	100%	100%
	161.600	161.600

(b) Reserva de lucros - i. Reserva legal - Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. A destinação da reserva legal está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Reserva legal	1.630	1.624

ii. Reserva de retenção de lucros - Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

Reunião	Data	Valor	Deliberação
Assembleia Geral Extraordinária	4 de dezembro de 2025	76.599	Destinação para pagamento de dividendos
Assembleia Geral Extraordinária	4 de fevereiro de 2025	34.011	Destinação para pagamento de dividendos adicionais
Assembleia Geral Extraordinária	24 de outubro de 2024	35.989	Destinação para pagamento de dividendos adicionais

iii. Reserva de incentivos fiscais - Constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais do imposto de renda auferido na exploração da concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica nos Estados do Ceará e Piauí. No dia 27 de dezembro de 2021 o Ministério do Desenvolvimento Regional por meio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), emitiu o Laudo Constitutivo nº 0273/2021, aprovando o direito à Companhia ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de vigência (ano calendário) desse incentivo fiscal é de 2021 até 2031. Durante o período de vigência, a Companhia deve atender as seguintes obrigações: (i) cumprimento da legislação trabalhista e social; (ii) apresentar anualmente a declaração de rendimentos; (iii) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução; (iv) fornecer informações à SUDENE; e (v) apresentar anualmente à Sudene a certidão de regularidade fiscal. O não atendimento dessas obrigações pode resultar na perda do referido incentivo fiscal. Em 31 de dezembro de 2025, não houve valores destinados à reserva, uma vez que a Companhia não apresentou lucro tributável. Em 31 de dezembro de 2024, não houve valores destinados à reserva, uma vez que a Companhia não apresentou lucro tributável. **(c) Dividendos mínimos obrigatórios** - O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. A destinação do dividendo mínimo obrigatório está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Dividendos mínimos obrigatórios	7.743	7.714

(d) Dividendo adicional proposto - Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, mediante aprovação dos acionistas.

Reunião	Data	Valor	Deliberação
Assembleia Geral Ordinária	9 de abril de 2025	23.143	Destinado ao pagamento de dividendos adicionais à acionista.
Assembleia Geral Ordinária	25 de abril de 2024	17.698	Destinado ao pagamento de dividendos adicionais à acionista.

A destinação do dividendo adicional está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Dividendos adicionais propostos	23.228	23.143

	2025	2024
17 Receita operacional líquida	133.510	131.337
Remuneração do ativo	13.711	12.911
Receita de operação e manutenção	(a) 13.443	12.476
Ganho na RAP	(b) -	1.290
Compartilhamento de infraestrutura	(283)	(180)
Parcela variável (indisponibilidade)	160.381	157.834
PIS e COFINS correntes	(11.365)	(11.135)
PIS e COFINS diferidos	(2.086)	(2.284)
Encargos setoriais	(1.566)	(1.463)
Deduções da receita	(15.017)	(14.882)
	145.364	142.952

(a) Refere-se a diferença entre a RAP projetada para fins de fluxo de ativo de contrato e a RAP realizada. (b) Refere-se a receita de análise de projetos e comissionamento das instalações da transmissora, necessários ao compartilhamento. (c) Os saldos dos encargos setoriais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(1.107)	(1.103)
Taxa de fiscalização de serviços de energia (TFSEE)	(459)	(360)
	(1.566)	(1.463)

	2025	2024
18 Custos operacionais e despesas gerais e administrativas	13.711	12.911
(a) Custos operacionais	13.443	12.476
Pessoal	(6.681)	(6.522)
Manutenção de subestação	(i) (1.548)	(2.548)
Serviço de operação e manutenção	(ii) (1.219)	(1.162)
Viagem e hospedagem	(316)	(520)
Assessorias e consultorias	(28)	(490)
Seguros	(443)	(473)
Material	(401)	(364)
Meio ambiente	-	(327)
Vigilância e segurança	(26)	(49)
Outros	(1.061)	(1.174)
	(11.723)	(13.629)

(i) Refere-se a prestação de serviço de reparo na infraestrutura. (ii) Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo, veja nota explicativa 21 (a).

	2025	2024
18 Despesas operacionais	(974)	(374)
Prestação de serviços administrativos	(371)	(208)
Pessoal	(322)	(111)
Outros	(1.667)	(693)

Continuação



SERRA DE IBIAPABA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ nº 29.554.549/0001-00

	2025	2024
19 Resultado financeiro		
Rendimento de aplicação financeira	(a) 8.370	9.374
Receitas financeiras	8.370	9.374
Juros - debêntures	(14.806)	(15.221)
Juros - financiamento	(54.658)	(54.416)
Custo de transação - debêntures	(478)	(478)
Custo de transação - financiamento	(1.814)	(2.381)
Fianças bancárias	(b) (16.536)	(15.335)
Outras despesas	(779)	(383)
Despesas financeiras	(89.071)	(88.214)
	(80.701)	(78.840)

(a) A redução é relacionada ao saldo de caixa investido durante o exercício de 2025. Durante o exercício de 2024 a Companhia efetuou o pagamento de dividendos ao longo do ano, nos meses de outubro e dezembro. (b) O montante relacionado ao custo da fiança estava sendo amortizado por meio do custo de transação, considerando a data prevista para o término das obrigações relacionadas às debentures. Após atendimento dessas obrigações, a Companhia solicitou a exoneração dessa fiança ao BNB. O pedido está em análise pelo BNB e o custo com a fiança incorrerá até sua exoneração.

	2025	2024
20 Imposto de renda e contribuição social		
Resultado antes dos impostos	49.397	49.221
IR e CS à alíquota nominal de 34%	(16.795)	(16.735)
Outras exclusões (adições)	(1)	(5)
IR e CS à alíquota efetiva	(16.796)	(16.740)
Despesa de IR e CS diferido	(16.796)	(16.740)
Alíquota efetiva	34%	34%

21 Transações com partes relacionadas
(a) Transações comerciais

	Tipo de índice trans- de cor- ção	Venci- mento	Passivo		Resultado		
			2025	2024	2025	2024	
Celeo (i)	O&M	5 anos	2025	480	563	(1.219)	(1.162)

i. Refere-se ao contrato com a Celeo Redes para a prestação de serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo está registrado na rubrica "Outros" - custos operacionais. O valor original do contrato foi de R\$ 910 sendo atualizado pelo IPCA, e pode ser revisado caso haja alteração no escopo ou havendo cessão total ou parcial a terceiros da concessão. **(b) Remuneração da administração** - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve atribuição de pagamentos realizados diretamente pela Companhia aos seus administradores, uma vez que estes recebem remuneração unificada, paga pela controladora Celeo e por outras afiliadas do mesmo grupo econômico, em função do compartilhamento de despesas corporativas comuns e da atuação dos administradores em todas as empresas do Grupo Celeo, conforme demonstrado no item (a).

(c) Dividendos

	2025	2024
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	7.714	6.314
Dividendos oriundos das reservas de lucros	16 (b) 99.742	87.698
Pagamento de dividendos	(62.714)	(94.012)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	16 (c) 7.743	7.714
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	52.484	7.714

22 Gestão de riscos financeiros: (a) Considerações gerais e políticas - A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. A Companhia não contratou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. **i. Gestão de risco de capital** - A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor, observadas as condições do Contrato de Concessão, do Contrato de Financiamento e da Escritura de Emissão de Debêntures, a revisão da política de pagamento de dividendos.

a devolução de capital aos acionistas e a emissão de novas ações e outras ações de adequação de estrutura de capital. **ii. Gestão de risco de mercado** - Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento é indexado à TJLP e as debêntures ao IPCA. **iii. Gestão de risco de crédito** - O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais** - A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais. Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, a Companhia, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao ONS um pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, conforme estabelecido pelo Contrato de Uso de Sistema de Transmissão assinado pelo ONS com os agentes acessantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Eventualmente, pode ocorrer que um usuário obtenha posicionamento jurídico favorável à suspensão parcial ou total dos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), seja devido a reestruturação de passivos ou questionamento dos termos e condições do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST). A Companhia não é parte ativa destas discussões e tem o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro assegurado pelo Contrato de Concessão. Apesar de não haver histórico de perdas materiais, a Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber utilizando uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. **iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras** - Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. **iv. Gestão de risco de liquidez** - O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia visa a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolsos programados, embora durante período de operação não seja esperado que os desembolsos superem os ingressos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa visa antecipar a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, permitindo maior tempo para análise, estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos de renda fixa com liquidez diária. **(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros** - A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado. Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução ou aumento de 25%; e (iii) redução ou aumento de 50% do cenário provável, respectivamente.

Risco	Cenários		
	(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	(6.523)	(4.892)	(3.262)
Financiamento	45.351	34.013	22.675
Debêntures	7.428	5.571	3.714

*Fonte: O CDI e o IPCA para o cenário provável (15% e 5,32%) foi considerada

conforme relatório Focus de 2 de janeiro de 2026. **(c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros** - A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

Hierar- quia do valor justo	2025	2024		
			Custo amorti- zado	VJR
Caixa e equivalente de caixa	183	-	184	-
Títulos e valores mobiliários	-	43.488	-	44.056
Concessionárias e permissonárias	9	11.620	-	11.601
Ativos Financeiros	11	11.803	43.488	11.786
Fomecedores	11	5.653	-	6.585
Financiamento	12	852.462	-	852.938
Debêntures	12	146.738	-	144.514
Passivos Financeiros	12	1.004.853	-	1.004.037

(d) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo) - Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo reconhecidos nessas demonstrações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

Hierarquia do valor justo	2025	2024				
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures	12	Nível II	146.738	146.738	144.514	125.552

As debêntures são classificadas como "outros passivos financeiros ao custo amortizado" e a Administração avaliou que seu valor contábil se aproxima do seu valor justo, exceto quando essas debêntures possuem cotações divulgadas pela ANBIMA conforme negociações ocorridas no mercado secundário na data do balanço. O mercado secundário Bolsa, Balcão é considerado ativo pois os preços cotados estão disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, permitindo que as cotações reflitam transações de mercado reais que ocorreram em bases puramente comerciais. Contudo, cabe esclarecer que a precificação de debentures é prejudicada pela incipiência do mercado de capitais levando à formação de preços com baixíssima amostragem. Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. A Companhia considera que os saldos contábeis do financiamento, classificados como "passivos financeiros ao custo amortizado", aproximam-se dos seus valores justos. **23 Cobertura de seguros:** A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

	Data de vigência	Importância segura
Risco operacional	30.06.2025 a 30.06.2026	283.957
Responsabilidade civil	30.06.2025 a 30.06.2026	20.000
Responsabilidade da administração	30.06.2025 a 30.06.2026	50.000

José Maurício Scovino de Souza Diretor Técnico
Marcus Hansen Balata Diretor Financeiro
Bruno M. S. M. Melo Contador CRC-RJ 111193/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente

Veja as Notas 6 e 10 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
O reconhecimento do ativo de concessão e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente ("CPC 47") requer o exercício de estimativas e julgamentos significativos na determinação de mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfatória ao longo do tempo. A administração, no momento da adoção inicial do CPC 47, usou estimativas e julgamentos significativos para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido nas premissas durante o reconhecimento inicial, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente; ii) a verificação se as premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e receitas, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo de cálculo do ativo de contrato estão conforme as premissas consideradas na adoção do CPC 47; iii) Verificação se as bases de receita utilizadas para mensuração e realização do ativo de contrato são consistentes com os valores autorizados pelas resoluções homologatórias nº 3.481/2025 e nº 3.348/2024, e com os respectivos AVCs (avisos de créditos); e iv) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato, a receita de contrato com clientes e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou,

de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descobrimos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 13 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
KPMG CRC SP-014428/O6 F-RJ
Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

